

Reunião do Comitê Gestor da Conciliação

Data: 23/04/2021

Horário: 16h

Local: MicrosoftTeams

https://teams.microsoft.com/l/meetup-

join/19%3ameeting MjQxMTgyZWItN2I1Ny00NGU4LTk5NWYtMzA2MWRkYTcxMmYz%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22ad9190e6-c45d-4600-bc5c-eca554ccf497%22%2c%22Oid%22%3a%224cac64a4-f3e8-

47dd-88ff-9c084a46051d%22%7d

Join on your computer or mobile app

Click here to join the meeting

PAUTA DE REUNIÃO

I) Apresentações



II) Processos para análise

	Processo SEI n.	Proponente	Assunto
1.	00650/2021	NUPEMEC (TJSP)	Consulta referente ao Cadastro de Câmaras Privadas nos Tribunais: a apresentação do comprovante de atividade de pessoa jurídica como documentos necessários para instruir pedido de credenciamento de câmaras privadas perante TJSP O Nupemec, assim, propõe ao Conselho Superior da Magistratura a alteração do art. 34, III, para suprimir a especificidade do CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas, do Provimento CSM nº 2348/2016).(doc. 1)
2.	01070/2021	Fabrícia Conceição Gomes Gaudêncio NUPEMEC (TJRN)	Solicitação de liberação da parte prática do Curso de Formação de Mediadores e Conciliadores Judiciais para defensora pública Dúvida do NUPEMEC (TJRN) quanto à realização do estágio prático do Curso de mediação Judicial para magistrados
3.	00652/2021	NUPEMEC (TJGO)	Cadastro de Câmara de Mediação e Arbitragem no ConciliaJud
4.	03017/2020	NUPEMEC (TJMT) X (ANOREG-MT)	Consulta apresentada pela ANOREG-MTao TJMT para tratar da distinção entre mediação judicial e mediação extrajudicial, seu desdobramento na qualificação do mediador e a ingerência do NUPEMEC(doc 2).
5.	08067/2020	Flavia Guimarães Waki; Juliana de	Relato de dificuldades de homologação de Termos de Acordo Extrajudiciais.



Conselho Nacional de Justiça

Gabinete do Conselheiro Marcos Vinícius

		Macedo Lavor X CEJUSC	As partes questionam o fato de juízes dos CEJUSC de Santo André e de Barueri não aceitarem termo de acordo da audiência por elas realizadas por se tratar de mediação privada
6.	04300/2020	Gláucia Foley – Integrante do Comitê Gestor de Conciliação do CNJ	Proposta de alteração de minuta no regulamento do CONCILIAJUD. Entre outras sugestões: quadro permanente de servidores em complementaridade ao voluntariado; informação sobre mediação penal; informação sobre mediação comunitária (doc 3)
7.	03010/2021	NUPEMEC (TJMA)	CEJUSC em parceria com instituições de ensino. No parecer do Nupemec do TJMA, solicita-se: "que sejam revistos os termos de parceira firmados para funcionamento de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania com instituições parceiras, para conversão em serviços de Câmara Extrajudiciais de Solução Consensual de Conflitos, assim como sejam os próximos termos de parceria formados com essa configuração, para que tenhamos limitada a atuação do Tribunal no recebimento do pedido de homologações e nas determinações próprias para previstas na Res. CNJ 125/2010".
8.	01955/2021	OAB-DF X CNJ	Apresentação de minuta de ATO pelo qual se propõe a regulamentação de parâmetros para que os órgãos do Poder Judiciário, em sua atuação administrativa, utilizem-se de métodos adequados de solução de conflitos, notadamente em questões envolvendo contratos administrativos que, por sua natureza, abarcam matérias relativas ao interesse público secundário e, portanto, passíveis de transação (doc. 5)



Conselho Nacional de Justiça

Gabinete do Conselheiro Marcos Vinícius

9.	00684/2021	Mediação e Arbitragem na	Encaminhamento da Ouvidoria ao CNJ em que solicitaà CSAC esclarecimentos sobre dispositivos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), especificamente o artigo 52, § 7º no que se refereao"cadastramento junto ao CNJ", de câmaras privadas de mediação (doc. 6)
10.	04437/2020	Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubialli (TJSC)	Ofício nº 61/2020, encaminhado pela Desembargadora do TJSC Janice Goulart Garcia Ubialli, na condição de Presidente do Fórum Nacional de Juizados Especiais - FONAJE, cujo objetivo é apresentar proposta de regulamentação para uso de recursos tecnológicos para condução de audiência de conciliação não presencial. (doc. 7).
11.	PP 8323-23 (Pje)	ARPEN/RJ X CNJ	Encaminhado pela Corregedoria Nacional para parecer da CSAC. Trata-se de Pedido de Providências proposto pela Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do RJ (ARPEN/RJ) em face do CNJ, por meio do qual propõe alterações no Provimento CNJ n. 67/2018, que dispõe sobre os procedimentos de conciliação e de mediação nos serviços notariais e de registro(doc. 8)

III) Encaminhamentos.